



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nº da proposição
00588/2025

Data de autuação
01/07/2025

Assunto principal: PROPOSIÇÕES
Assunto: PROJETO DE LEI

Autor: DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

Ementa:

ASSEGURA O TESTE DE TRIAGEM NEONATAL EM MODALIDADE AMPLIADA EM TODO O ESTADO DO CEARÁ.

Comissão temática:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E SAÚDE
COMISSÃO DE TRAB. ADM. E SERVIÇO PÚBLICO
COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Nº do documento:	(S/N)	Tipo do documento:	PROJETO DE LEI
Descrição:	ASSEGURA O TESTE DE TRIAGEM NEONATAL EM MODALIDADE AMPLIADA EM TODO O ESTADO DO CEARÁ		
Autor:	100012 - DEPUTADO ALCIDES FERNANDES		
Usuário assinator:	100012 - DEPUTADO ALCIDES FERNANDES		
Data da criação:	01/07/2025 10:22:35	Data da assinatura:	01/07/2025 10:22:49



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

GABINETE DO DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

AUTOR: DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

PROJETO DE LEI
01/07/2025

Assegura o teste de triagem neonatal em modalidade ampliada em todo o Estado do Ceará

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º Todo recém-nascido tem direito ao acesso a? realização do teste de triagem neonatal em sua modalidade ampliada no Estado do Ceará.

Parágrafo único – Entende-se por teste de triagem neonatal em modalidade ampliada o procedimento de coleta, por punctura na face lateral de um dos pés, de uma gota de sangue, a ser afixada em papel de filtro, com o objetivo de fazer o diagnóstico precoce das seguintes patologias:

- I – fenilcetonúria e outras aminoacidopatias;
- II – hipotireoidismo congênito;
- III – hiperplasia adrenal;
- IV – galactosemia;
- V – deficiência de biotinidase;
- VI – toxoplasmose congênita;
- VII – deficiência de G6PD;
- VIII – fibrose cística;
- IX – anemia falciforme e outras hemoglobinopatias;
- X – leucinose;

XI – imunodeficiência combinada grave (SCID);

XII – doenças lisossomas.

Art. 2º De modo a viabilizar a coleta em todo o Estado, será? obrigatória a criação de pelo menos 1 (um) posto de coleta por município em que ocorra parto e poderá? recair sobre uma unidade de saúde já existente, um local específico para o desenvolvimento desta atividade ou ainda sobre os hospitais e maternidades.

§ 1º Os Postos de Coleta deverão dispor, no mínimo, do seguinte:

I - Recepção e sala de espera para acompanhantes e entrega de resultados;

II - Sala de coleta;

III - Área adequada para guarda de material e armazenamento de amostras e arquivamento de resultados.

IV - Profissional da área de saúde com formação adequada para a coleta;

§ 2º - Os Postos deverão possuir manual técnico em que todos os procedimentos estejam descritos, inclusive indicando claramente o modo de coleta para cada exame, especificando as normas de biossegurança utilizadas tanto para o paciente como para o coletor.

§ 3º - Deverão ser observadas as demais normas para funcionamento e cadastramento de postos de coleta em triagem neonatal contidas no Anexo III, alínea “a”, da Portaria do Ministério da Saúde nº 822, de 2001, que instituiu o Programa Nacional de Triagem Neonatal, do qual o Estado é? aderente.

Art. 3º - O teste de triagem ampliado devera? ser realizado em todo recém-nascido entre 48 horas e 28 dias de vida.

Art. 4º Os resultados do teste de que trata esta lei deverão ser entregues aos pais ou responsáveis do recém-nascido em ate? 10 (dez) dias úteis, contados da data de coleta do material.

Art. 5º Nos casos em que o teste apontar a presença de alguma das patologias elencadas no parágrafo único do artigo 1º, e? imprescindível que, no momento da entrega do resultado, sejam fornecidas orientações claras aos responsáveis pelo recém-nascido sobre como proceder para realizar o acompanhamento e tratamento necessário.

Art. 6º Todos os hospitais e demais estabelecimentos de atenção a? saúde, das redes pública e privada do Estado, deverão informar os pais ou responsáveis pelo recém- nascido da existência e importância do teste de triagem neonatal ampliado.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

Justificativa:

O teste de triagem neonatal, também conhecido como teste do pezinho, consiste na coleta de uma gota de sangue para a extração de um marcador conhecido internacionalmente para o rastreamento de diversas patologias.

Hoje, por força do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), instituído pela Portaria MS SAS 822, de 06 de junho de 2001, do qual o Estado é? aderente, assegura-se a detecção, acompanhamento e tratamento de algumas patologias congênitas, de acordo com a fase de implantação do programa.

O objetivo da presente proposutura é? tornar obrigatória a realização do teste em modalidade ampliada, cobrindo o diagnóstico de outras doenças raras que, se não diagnosticadas e tratadas nos primeiros meses de vida, pode levar a morte de crianças ou condena?-las a passar a vida lidando com sequelas evitáveis, cujo tratamento pode ser de altíssimo custo para o SUS.

A versão ampliada do teste vem sendo adotada em diversos locais, inclusive, em Municípios onde já é? possível a detecção de cinquenta doenças em recém- nascidos, no Distrito Federal esse número aumenta para cinquenta e três.

Contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da proposutura, de modo a assegurar a realização do teste de triagem neonatal ampliado para toda a população do Estado.

A handwritten signature in blue ink, reading "Alcides Fernandes". The signature is fluid and cursive, with the first name "Alcides" being more prominent than the last name "Fernandes".

DEPUTADO ALCIDES FERNANDES

DEPUTADO (A)